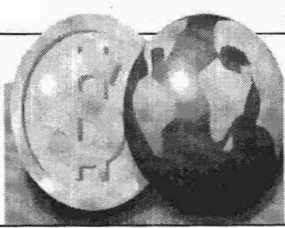


**ECONOMIA**

ENTREVISTA

**DIONÍSIO DIAS CARNEIRO***CEF e BNDES serão instrumentos de suporte para obras políticas este ano*

CONTAS PÚBLICAS



Acho difícil alguém ser otimista neste ano. Houve aumento de arrecadação, mas o governo gasta mais e precisará de financiamento

**O** Brasil começa a funcionar efetivamente depois do Carnaval. Podemos afirmar que o primeiro trimestre do ano será marcado por uma recessão?

- Neste início de ano, a economia está um pouco pior do que os dados estão mostrando. Os dados de desemprego, vendas e produção mostram um desaquecimento da atividade econômica ainda muito pequeno ao tamanho da freada dada em novembro (quando as taxas de juros dobraram). É natural. O efeito dessas medidas na economia tem uma defasagem de três a nove meses. Os dados serão piores no fim do trimestre e durante o segundo trimestre deste ano. Assim, quem tem créditos a receber vai ter dificuldade em conseguir o dinheiro de volta. Na outra ponta, os benefícios do desaquecimento custam a aparecer. Os benefícios seriam os de gerar uma necessidade menor de financiamento externo.

- As previsões do mercado financeiro indicam um déficit na balança comercial para este ano de US\$ 5 bilhões. O senhor concorda com essa projeção?

- O número pode ser até menor devido ao desaquecimento da economia.

**O calendário eleitoral pode afetar bastante o rumo da política econômica?**

- Houve um grande progresso nesta área e uma característica deste governo sempre foi a de separar bem a atuação do Banco Central de injunções políticas. O problema, isto sim, existe na área fiscal e na área de tramitação de reformas. São esses os dois pontos em que o calendário eleitoral terá uma influência importante. Não acredito que o governo vá aumentar os gastos, mas os organismos públicos na área financeira estão líquidos. Então, é natural que ocorram financiamentos, através de uma Caixa Econômica ou do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para financiar estados com nítidos objetivos políticos. Há uma disposição maior para financiar obras nesta época do ano. A idéia é sempre expandir os gastos dos governos locais. Vale lembrar que todas as previsões, mesmo as mais pessimistas, erraram o déficit operacional (acima de 5% do PIB em 1997). Todos erraram a trajetória do déficit. Acho difícil que alguém seja otimista neste ano. O pior de tudo é que isso ocorre com aumento de arrecadação. Isso significa que o governo gasta mais e aumentou a sua necessidade de financiamento.

**O Brasil vai enfrentar, portanto, um quadro mais pessimista na trajetória das contas públicas?**

- Na realidade, mesmo não tendo um processo mais lento de recuperação fiscal, sempre se imaginou que esse financiamento do déficit não causaria pressões inflacionárias futuras devido à privatização. Os destinos da receita de privatização estão cada vez mais nebulosos para o abatimento da dívida pública. Na área dos estados, é inequivocamente nebuloso.

**No fundo, a receita de privatização não é usada para abater a dívida pública?**

- Não. Nem o dinheiro é suficiente para fazer o abatimento. Com isso, o quadro fiscal é preocupante em uma época muito ruim. Essa trégua que houve na Ásia, no último mês, está levando os analistas a olharem para as economias de cada país de uma forma mais detalhada. A grande esperança quando houve essa crise é que os nossos dados seriam melhores. Infelizmente, não temos dados bons.

**Governo enfrentará problemas fiscais**CORIOLANO GATTO  
Correspondente

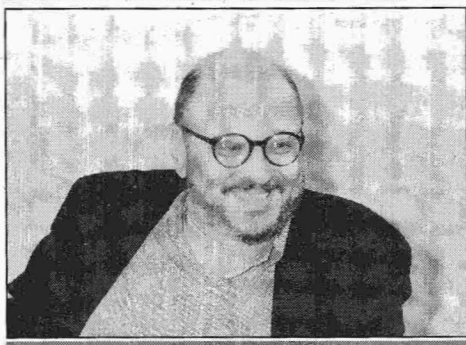
**R**io - O economista Dionísio Dias Carneiro é um dos mais respeitados e discretos acadêmicos do país. Nos anos 70, fundou o curso de Economia da PUC-Rio, o grande celeiro de idéias que ajudou a combater a inflação e de onde saíram formuladores da política econômica. Lá surgiu uma moderna tecnologia capaz de

combater o crônico problema da inflação. O resumo desta obra é o Plano Real. O professor, tal como o amigo Rogério Werneck, foi convidado mais de uma vez para integrar os altos escalões da República, mas preferiu a discrição de consultor. Não espere do economista frases de efeito ou análises recheadas de previsões estatísticas. Tal como o seu grande mestre - Dionísio deu aulas na Fundação Getúlio Vargas na época em que Mário Henrique Simonsen dirigia a escola - ele tem aversão à futurologia. O professor da PUC prefere fazer formulações mais complexas e traduzir em linguagem simples o que mostram os grandes números da economia. Semanalmente, produz um fax no qual resume os acontecimentos que darão o tom durante a semana. Nesta entrevista ao **Jornal de Brasília**, Dionísio alerta que o país vai enfrentar fortes problemas na área fiscal, que inevitavelmente serão agravados pelo calendário eleitoral. A Caixa Econômica e o BNDES serão dois instrumentos importantes do governo para dar suporte a obras com objetivos políticos.

Fotos: José Reis



PREVIDÊNCIA



No ambiente internacional é boa a notícia de reestruturação do Estado. A reforma da Previdência é apenas o primeiro passo para evitar déficit público

**Como o senhor disse houve uma trégua nas últimas semanas. E quando houver uma nova instabilidade nas bolsas de valores?**

- Todo o otimismo não se baseia porque a Coreia do Sul e a Indonésia estejam bem, mas no fato de que os dois países mais importantes da região - China e Japão - se comprometem

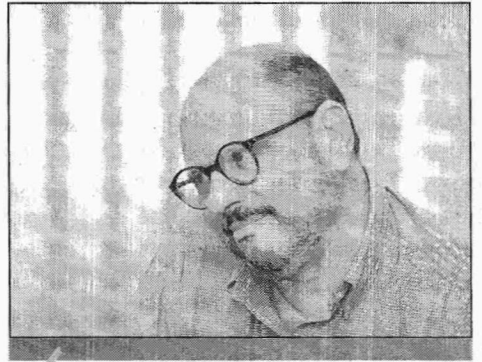
ram a não causar mais recessão ou a desvalorizar suas moedas. Assim, a propagação via comercial e financeira está sustada. Não é tão provável que esses problemas atinjam o Brasil, desde que o Japão e a China mantenham a estabilidade. Bem, ao olhar para o caso brasileiro verificamos que foi perdida uma oportunidade de diferenciação em relação aos outros países. A própria visita do presidente Fernando Henrique ao Fórum de Davos (na Suíça) mostrou que tínhamos pouca coisa a dizer. Pela primeira vez, a visita não gerou um noticiário favorável. Para o futuro, portanto, está sendo justificado um grande pessimismo na área fiscal. Porém, o resultado das votações da semana passada foram importantes para sinalizar aos investidores que a convocação extraordinária do Congresso produziu resultados em termos do andamento das reformas. Em ambiente de incertezas internacionais, é bom poder contar com notícias de progresso no caminho da reestruturação do Estado. No caso da Previdência foi dado apenas o primeiro passo para a constituição de um sistema previdenciário, que não seja gerador de déficit público. No fundo, o que foi aprovado apenas susta certos direitos ao fixar uma idade mínima para a aposentadoria. A reforma serve ape-

nas para coibir abusos notórios.

**O ano eleitoral será marcado pelo aumento da taxa de desemprego. É possível fazer uma projeção?**

- No caso brasileiro, a taxa (de 5,7%) ainda é muito pequena, e vai aumentar neste ano. Há uma mudança notável na distribuição regional do emprego. Há, por exemplo, muitos investimentos fora do ABC paulista. A crise tem importância política, porque está concentrada em São Paulo. De todo modo, existe uma compensação, porque existem áreas de progresso de emprego novo, de atividades novas. Isto não caracteriza uma recessão no país. Há uma recuperação no Rio de Janeiro, novas indústrias no Paraná ou no Rio Grande do Sul. Os próprios dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) revelam que houve queda das vendas em São Paulo, em dezembro, e um aumento no Rio. Tudo isso é fruto da reestruturação industrial. Não acho que o desemprego seja um problema a ser explorado em ano eleitoral, como é na Alemanha, ou como foi na França. Lá, as taxas são muito elevadas. O medo de ficar desempregado é algo importante. Mesmo com alívio das taxas de juros, a taxa de desemprego vai aumentar.

CRISE ASIÁTICA



Não tivemos bolha de investimentos na construção civil. O Brasil se saiu melhor que a Ásia. Foi beneficiado. Nossos fundamentos são mais sólidos

**O que pode ser problemático é o efeito da instabilidade financeira internacional. A propósito: porque mesmo analistas sérios foram incapazes de prever o desastre na Ásia e, à exceção de poucos economistas, os tigris asiáticos sempre foram apontados como modelo para o desenvolvimento?**

- Não é possível prever uma crise dessas. Na verdade, há uma crise de modelos, que foi se propagando. Uma das coisas mais previstas foi a crise do Japão, que não cresce desde 1990 e tem problemas na área financeira. Os bancos japoneses vinham carregando passivos muito elevados. Os fundamentos da crise já existiam em vários países. A crítica ao modelo industrial coreano é feita há muito tempo. O modelo funcionou durante uns 20 anos com um crescimento de 8% ao ano. Houve quem usasse o modelo como o reforço da idéia de que o estado teria que ser presente na ordenação do investimento. Esta é a peça que funcionava da engrenagem.

**Mas não houve muito alerta em relação ao tamanho do endividamento privado?**

- Aconteceu a mesma coisa com o Chile nos anos 80. O endividamento só é alto quando os investidores desconfiam da situação econômica. Na época da crise, muitos analistas diziam que o Chile, ao contrário do Brasil e do México, tinha dívidas privadas. Mas na prática quando ocorre um problema desses toda a dívida externa vira dívida pública. Isso porque a falta de pagamentos dentro do setor privado tem efeitos em toda a economia. E agora, recentemente, vimos que os efeitos atingem o mundo todo. Muda o regime de mercado pela diplomacia. A dívida deixa de ser negociada como os banqueiros para ser negociada com governos, até ser restabelecida a confiança. Neste caso, o que não se previu foi a profundidade das relações econômicas entre aqueles países e as nações ocidentais e todo o grau de integração do sistema bancário.

**As autoridades brasileiras e mesmo os dirigentes do Banco Central chegaram a declarar, o início da crise, que os efeitos seriam benéficos para o Brasil. Isso não foi um equívoco?**

- Não. Em termos relativos, há vantagens. É claro que se o mundo todo entrar em colapso não existe retorno para ninguém. Se analisarmos os dados com rigor, e medir o retorno da instabilidade, vamos concluir que os efeitos no Brasil foram incomparavelmente menores do que na Ásia. A cada volta do parafuso não faltava gente para afirmar que o Brasil era bola da vez. Quantas vezes isso foi publicado pela imprensa? Desde maio do ano passado, quando houve a desvalorização da moeda da Tailândia, apareceram previsões catastróficas sobre o Brasil que não se confirmam. Basta conferir. A percepção, na comunidade financeira internacional, é de que o Brasil seguiu uma trajetória mais segura, porque não tem dívidas acumuladas (privadas e deficit externas) como proporção do PIB. Há países com endividamento privado da ordem de 140% do PIB. É quase cinco vezes superior à situação brasileira. Não tivemos nem um bolha de investimentos nem de preços de ativos na construção civil. Na Tailândia e em Hong-Kong, o boom imobiliário sustentou um impressionante aumento de preços. Neste sentido, o Brasil se saiu muito melhor do que esses países e, portanto, foi beneficiado pela crise. Os nossos fundamentos são mais sólidos.